

Renê Birochi, Oscar José Rover e Glauco Schultz

(organizadores)

**Alimentos bons, limpos e justos
da Agricultura Familiar Brasileira**


LETRAS CONTEMPORÂNEAS

Livros & *Livros*

Copyright © 2019: dos organizadores
Copyright © 2019 das imagens: Nadiella Monteiro

Revisão dos artigos

Renê Birochi, Oscar José Rover e Glauco Schultz

Edição, revisão e preparação de originais

Fábio Brüggemann

Capa e projeto gráfico

Estúdio Semprelo estudiosemprelo@gmail.com
com fotografia de Nadiella Monteiro

Conselho editorial

Ana Lúcia Brizola, Daniel Mayer, Fábio Brüggemann
Gabi Bresola, e Katia Maheirie

B619. Birochi, Renê; Rover, Oscar José; Schultz, Glauco
(organizadores)

Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar
Brasileira – Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2019.

224 p.

ISBN 978-85- 94445-03-2
Inclui referências

1. Agricultura familiar. 2. Nutrição – alimentação. 3. Título

CDU: 630

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, no todo ou em parte,
por quaisquer meios, sem a autorização expressa dos editores.
Todos os direitos desta edição são reservados aos autores e organizadores.
www.letrascontemporaneas.com.br
Impresso no Brasil, 2019

CAPÍTULO 4

A cadeia solidária das frutas nativas e o movimento *Slow Food*: estabelecendo interfaces conceituais

**Jeferson Tonin, José Tobias Marks Machado,
Fernanda Castilhos França de Vasconcellos,
Caio Bonamigo Dorigon, Marcos Antônio Pereira da Fonseca
Maltez, Daniela Garcez Wives e Glauco Schultz**

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o tema referente às frutas nativas tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores que se debruçam a compreender as dinâmicas de uma cadeia que, mesmo recente, possui uma ascensão importante no contexto agrário do Rio Grande do Sul. As frutas nativas estão presentes em todo o estado. Não obstante, para o escopo deste trabalho será dada especial atenção para sua inserção nos Campos de Cima da Serra.

Essa região, localizada no nordeste do Rio Grande do Sul, se caracteriza como um território rural – o Território dos Campos de Cima da Serra – que foi reconhecido pela então Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como será elucidado adiante, do ponto de vista dos aspectos ambientais, a região abrangida pelo território está posicionada em uma área de tensão ambiental, ou melhor, em uma zona de transição entre dois biomas, a saber, o bioma Pampa e a Mata Atlântica (COELHO-DE-SOUZA et al., 2015).

Nos Campos de Cima da Serra, dadas as condições ambientais específicas dessa região, as frutas nativas têm tido uma crescente importância. Além de serem saudáveis e nutritivos para o autoconsumo das famílias, esses alimentos também possibilitaram a constituição de uma cadeia produtiva direcionada à valorização de produtos da socio-biodiversidade até então negligenciados economicamente, a Cadeia Solidária das Frutas Nativas (CSFN). É preciso destacar, no entanto, que a cadeia se encontra também em municípios que vão além da abrangência dos Campos de Cima da Serra, posto que se trata de um processo que inclui, além da produção, o processamento e a comercialização das frutas.

Em paralelo à construção e fortalecimento da cadeia, outra iniciativa tem ganhado notoriedade: o movimento denominado *Slow Food*. Esse movimento internacional busca fazer uma reconexão da alimentação com a produção, na medida em que são valorizadas as tradições e culturas que fazem parte desse processo e tem por base a filosofia segundo a qual o alimento deve ser bom, limpo e justo. Trata-se, portanto, de um contraponto à tendência hegemônica do *fast food*.

Essa configuração, brevemente destacada aqui, é composta por elementos que permitem pensar em uma estratégia com vistas ao desenvolvimento territorial que, inclusive, tem sido defendida por diversos atores e instituições presentes na dinâmica do território e que, de uma forma ou de outra, entendem que o potencial das frutas nativas aliado à filosofia do *Slow Food* configuram uma oportunidade para o desenvolvimento do território. O objetivo deste trabalho é estabelecer algumas interfaces conceituais entre a Cadeia Solidária das Frutas Nativas e o movimento *Slow Food* sob a ótica do desenvolvimento territorial.

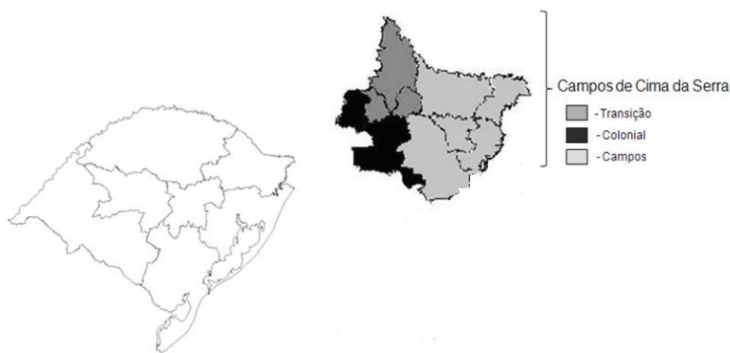
Para isso, o trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, são feitas al-

gumas considerações a respeito do território no qual a cadeia está inserida. A segunda e a terceira parte são compostas por reflexões acerca do *Slow Food* e da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, respectivamente. Por fim, na quarta parte, há uma tentativa de explicitar a relevância de se pensar a articulação entre o *Slow Food* e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas à luz do desenvolvimento territorial.

2. O TERRITÓRIO CAMPOS DE CIMA DA SERRA

O Território Rural Campos de Cima da Serra é composto por um total de 13 municípios (Brasil, 2015) e, dada a diversidade interna desse território, Coelho de Souza et al. (2015) identificam três microrregiões com maior afinidade identitária, as quais apresentam características socioambientais, dinâmicas, problemas e problemáticas de desenvolvimento comuns. Segundo os autores, a microrregião Campos, microrregião Colonial e microrregião Transição compõem o território (Figura 1).

Figura 1 – Localização e divisão do Território dos Campos de Cima da Serra em suas microrregiões



Fonte: Adaptado de Ramos et al. (2015).

Do ponto de vista ambiental, a microrregião Campos é composta por uma formação majoritariamente campestre, que permite a

produção extensiva de gado de corte, atividade econômica tradicional e de grande importância nessa microrregião (ANDREATA; WAQUIL; MIGUEL, 2016). Além disso, a distribuição regular de chuvas e o clima frio permitem a produção de frutas nativas de clima temperado. Embora tenha a maior extensão territorial dos Campos de Cima da Serra, essa microrregião detém apenas 6,89% da população total (TONIN et al., 2016). Tratando-se da dinâmica agrária, desde os anos 1960 a região tem passado por modificações importantes, as quais têm acentuado a diferenciação social entre agricultores, em especial os pecuaristas e agricultores familiares (AMBROSINI, 2007; RIBEIRO, 2012). Nesse sentido, o aumento do plantio extensivo de espécies silvícolas, como pinos e eucalipto, bem como da soja, tem posto em risco a reprodução social de alguns agricultores familiares.

Em termos ambientais, o que é denominado como microrregião Transição, por Coelho de Souza et al. (2015), diz respeito à parte do território localizado às margens das paisagens de campo e de floresta, ou seja, entre a microrregião Colonial e Campos. Essa microrregião detém 17,07% da população total dos Campos de Cima da Serra, de modo que a maior parte desta é residente da zona urbana (TONIN et al., 2016). Analisando a dinâmica agrária desse local, Ribeiro *et al.* (2012) destacam as dificuldades históricas do desenvolvimento da agricultura familiar, sendo que a baixa demografia do meio rural pode ser reflexo da pauperização dessa categoria.

Ao contrário da microrregião Campos, a microrregião Colonial é hegemonicamente marcada pela presença de florestas. A disponibilidade de áreas florestadas fez com que essa microrregião recebesse projetos para o assentamento de imigrantes europeus durante o século XIX (MIGUEL, 2009), processo que influenciou em grande medida a dinâmica agrária e agrícola local, onde é possível notar um protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural (SILVA

NETO; OLIVEIRA, 2008). A microrregião se caracteriza por ser a mais populosa, detendo mais de 76% de toda a população dos Campos de Cima da Serra. Essa característica decorre do fato da microrregião abrigar o município de Caxias do Sul, centro urbano mais populoso do interior do Rio Grande do Sul (FEE, 2015).

Por fim, tanto as dificuldades pelas quais vem passando parte da agricultura familiar dos Campos de Cima da Serra, como também a proximidade a centros urbanos numerosos fazem com que iniciativas relacionadas à promoção de cadeias curtas de comercialização sejam estratégicas para o desenvolvimento regional, visto que tendem a estimular dinâmicas locais de desenvolvimento.

3. A CADEIA SOLIDÁRIA DAS FRUTAS NATIVAS

O que chamamos aqui como Cadeia Solidária das Frutas Nativas (CSFN) diz respeito a uma iniciativa que objetiva a implementação de um desenho de produção, processamento e distribuição de alimentos que se consolide como uma cadeia produtiva organizada. Desse modo, essa cadeia é pautada, principalmente, pela conservação da biodiversidade local e pelo estímulo à construção e fortalecimento de empreendimentos rurais e urbanos de economia solidária (CETAP, 2015).

De acordo com mapeamento realizado por Silva (2014), os principais municípios que compõem a CSFN localizam-se na metade leste do estado do Rio Grande do Sul e, dentre outras regiões, abrange também o território Campos de Cima da Serra. Segundo a autora, os seguintes municípios do território fazem parte da cadeia: Bom Jesus, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Pinhal da Serra e Vacaria. Não obstante, vale mencionar que pelo menos 32 municípios do Rio Grande do Sul são considerados prioritários para tal cadeia. Além disso, um estudo conduzido por Kohler (2014) registrou iniciativas de produção, beneficiamento e/ou comercialização de 20 espécies, como goiaba-serrana, butiá, pitanga, jabuticaba e araçá, por exemplo.

Uma das organizações responsáveis por orientar as atividades da CSFN é o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), que, com base no potencial de frutas nativas de cada região, auxilia na construção e na estruturação de cadeias produtivas (CETAP, 2015). A CSFN é composta por três etapas: a produção, o processamento e a distribuição e comercialização dos produtos oriundos dessa cadeia, ou seja, trata-se de uma articulação que busca conectar produção e consumo através do fortalecimento de cadeias curtas.

A terceira etapa (distribuição e comercialização) é considerada a mais vulnerável de todo o processo e, além disso, é operada por “diversos agentes promotores dos produtos e articuladores de comercialização” (SILVA, 2014). De acordo com esta mesma autora, com o intuito de facilitar a comercialização desses produtos, surge o “Encontro dos Sabores”, sediado na cidade de Passo Fundo/RS, que disponibiliza os produtos oriundos das etapas anteriores da cadeia, ou seja, da produção (para o caso do consumo *in natura*) e do processamento (quando da fabricação da bebida, geleia, picolé, polpa).

Para os agentes que compõem a CSFN, a aproximação entre o rural e o urbano é fundamental, e parece ser interessante para o conjunto da sociedade, uma vez que essa aproximação “leva a um círculo virtuoso capaz de alavancar desde a conservação de recursos genéticos ancestrais até a promoção da soberania alimentar e nutricional para consumidores e agricultores” (CETAP, 2015). Além disso, a CSFN é importante no sentido de que permite um complemento de renda às famílias rurais e, em função disso, possui grande potencial para dinamização socioeconômica do meio rural, além de auxiliar na qualidade da alimentação das famílias e dos consumidores e, por fim, contribuir na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

4. O MOVIMENTO *SLOW FOOD*

O movimento *Slow Food*, criado na Itália em 1989, se caracteriza por ser uma organização mundial sem fins lucrativos, que tem como objetivo defender produtos de valor histórico, artístico ou social que formam parte da nossa herança alimentar. O movimento nasceu como resposta à padronização alimentar provocada pelo *fast food*, ao desaparecimento das tradições culinárias regionais e ao decrescente interesse das pessoas por sua alimentação (UFSC, 2015). De acordo com Petrini (2009), um dos fundadores do movimento, o *Slow Food* parte da premissa de que o alimento é o principal fator de definição da identidade humana, pois o que se come sempre é um produto cultural. Atualmente existem mais de 100 mil associados ao *Slow Food*, abrangendo cerca de 160 países.

Para o *Slow Food*, como anteriormente citado, o alimento deve contemplar três dimensões: ser bom, limpo e justo. Tais dimensões correspondem respectivamente à valorização do sabor, do aroma e das características organolépticas superiores que o alimento deve possuir; à sustentabilidade ecológica que os sistemas de produção do alimento devem empregar; e à justiça social e respeito aos atores envolvidos no processo de produção desse alimento. Levando em consideração essas três dimensões, Petrini (2009) destaca que o *Slow Food* considera a produção de alimentos um ato gastronômico, e o comer como um ato agrário. De modo que isso significa assumir que o consumidor norteia tanto o mercado quanto a produção, criando-se, por consequência, uma nova relação entre produção e consumo, em que este se torna parte de um ato produtivo. Pode-se dizer que o consumidor se torna um coprodutor e corresponsável pela produção e reprodução do próprio mercado (UFSC, 2016).

A expansão do *Slow Food* para o Brasil aconteceu no ano 2000 (Gentile, 2016), sendo que, atualmente, os principais projetos desen-

volvidos dizem respeito à Arca do Gosto, às Fortalezas e às Comunidades do Alimento. A Arca do Gosto caracteriza-se por ser um catálogo mundial que identifica, localiza, descreve e divulga sabores que estejam em processo de desaparecimento, que ainda não tenham sido extintos e que apresentem potenciais produtivos e comerciais reais. Na Arca do Gosto estão catalogadas centenas de produtos que fazem parte da cultura, da história e das tradições de todo o planeta.

As fortalezas são projetos em pequena escala que ajudam os produtores de alimentos artesanais a preservarem seus métodos de processamento tradicional e seus produtos finais. As fortalezas funcionam também como braço executor da Arca do Gosto. A criação de uma fortaleza se dá em contextos geográficos específicos e objetiva promover a produção artesanal, estabelecer padrões de produção e de qualidade e, finalmente, garantir um futuro viável aos alimentos que a compõem. As Fortalezas possuem a finalidade de auxiliar os pequenos produtores a resolver suas dificuldades, reunindo produtores isolados e conectando-os com mercados alternativos.

As Comunidades do Alimento são entendidas como grupos identificáveis, que possuem valores, interesses e propósitos comuns. Assim, possuem engajamento com a proteção das sementes, colheita, produção, cultivo, pesca, processamento e distribuição de alimentos, *marketing*, educação e outras atividades ecogastronômicas, fazendo a conexão entre os consumidores e os produtos artesanais produzidos em pequena escala (UFSC, 2016). Uma Comunidade do Alimento é constituída por todos os sujeitos que operam no setor agroalimentar, desde a produção de matérias-primas à promoção de produtos acabados, e que necessariamente se caracterizam pela qualidade e a sustentabilidade das suas produções.

A importância socioeconômica desempenhada por boa parte da agricultura familiar no Brasil faz com que esta seja aderente aos pre-

ceitos preconizados pelo *Slow Food*. Desse modo, no âmbito do movimento há um potencial real de valorização dos alimentos produzidos pela categoria, quer seja por meio do reconhecimento de sua importância no dia a dia da alimentação dos brasileiros, quer seja por uma maior aproximação com o segmento de bares e restaurantes, gerando renda e desenvolvimento local e regional, e aumentando a oferta de alimentos de qualidade aos consumidores (UFSC, 2015).

5. SLOW FOOD E A CADEIA SOLIDÁRIA DAS FRUTAS NATIVAS

Feita a exposição sobre o Movimento *Slow Food*, sobre a CSFN e sobre a região a respeito da qual se debruça esse trabalho, nesta seção serão realizadas algumas reflexões sobre a aderência entre a cadeia e o movimento, tentando elucidar as principais interfaces conceituais que permeiam estas duas iniciativas, a saber: 1) é possível compreender a cadeia como uma comunidade do alimento e uma fortaleza no âmbito do *Slow Food*; 2) há um forte incentivo às cadeias curtas de produção, aproximando o rural do urbano; 3) a filosofia do *Slow Food* converge com o ambiente institucional da cadeia produtiva. Além disso, serão destacadas algumas características que podem ser interessantes do ponto de vista do desenvolvimento territorial.

O primeiro ponto refere-se a um processo que já se encontra em andamento, uma vez que a aproximação entre CSFN e o *Slow Food*, nos Campos de Cima da Serra, tem sido realizada desde o ano 2016 e, atualmente, a Cadeia Solidária encontra-se dentro do movimento como uma Comunidade do Alimento. Essa interface foi articulada a partir da ação da assessoria territorial por meio do projeto MDA/*Slow Food*, com recursos do NEDET/UFRGS. Levando-se em consideração que um dos princípios básicos da CSFN remete à busca da conservação da biodiversidade local e ao estímulo aos empreendimentos de economia solidária, torna-se clara a proximidade dessa perspectiva com a definição de Comunidade do Alimento priorizada

pelo movimento *Slow Food*. Embora essa primeira aproximação seja importante, cabe salientar que, quando reconhecidas as problemáticas enfrentadas pela CSFN e os projetos desenvolvidos pelo *Slow Food*, é possível perceber que ainda existe um campo de possibilidades a ser explorado.

Desse modo, Tonin *et al.* (2017) argumentam que uma problemática enfrentada pelos agricultores que processam produtos no âmbito da CSFN diz respeito à normatização e à padronização para adequação à legislação sanitária, que, em linhas gerais, não é atenta às especificidades dos processos envolvidos na produção artesanal de pequena escala. Essa normatização é, por vezes, inviável do ponto de vista econômico, pois as agroindústrias que fazem parte da CSFN são de pequeno porte e, não raramente, têm restrições financeiras. Ademais, tal inviabilidade também se manifesta no âmbito das características organolépticas, sensitivas e do *savoir-faire* intrínseco a todo processo de produção, visto que os métodos rígidos impostos por tal normatização tendem a não reconhecer as práticas tradicionais utilizadas, fazendo com que haja uma descaracterização do produto final. Nesse sentido, a construção de uma Fortaleza para a CSFN poderia ser interessante, uma vez que garantiria a qualidade nos procedimentos de processamento, via estabelecimento do protocolo de produção¹, e também contribuiria para a conservação e o reconhecimento das características do alimento.

Por sua vez, o segundo ponto que aproxima o movimento *Slow Food* da Cadeia Solidária das Frutas Nativas diz respeito ao incentivo às cadeias curtas de comercialização. Uma das ideias centrais defendidas na cartilha elaborada pelo CETAP sobre frutas nativas

¹ Cabe destacar que o protocolo de produção, no âmbito das Fortalezas, define com precisão a área de produção, registra a história do produto e descreve detalhadamente todas as fases de cultivo (ou produção animal) e processamento, garantindo assim a qualidade do produto.

(CETAP, 2015) remete à aproximação entre o rural e o urbano, ou seja, é o reencontro da produção de alimentos com o consumo e, no extremo, do produtor com o consumidor. Conforme destacado anteriormente, do ponto de vista da filosofia do *Slow Food*, há, inclusive, certo sombreamento dessas duas figuras, na medida em que o movimento, por exemplo, considera o consumidor como um coprodutor.

Uma das principais pautas da Cadeia Solidária das Frutas Nativas dialoga com a ideia recém-exposta, ou seja, trata-se da aproximação entre um conjunto de agentes do rural e agentes do urbano. De acordo com a cartilha do CETAP, “envolver estes dois públicos é uma forma de, gradativamente, transferir o protagonismo exercido atualmente pelas grandes empresas do setor dos alimentos para quem realmente interessa: trabalhadores rurais e urbanos” (CETAP, 2015). Cabe ressaltar que aproximar agricultores e consumidores, por si só, não resulta em justiça social. Mesmo assim, como a comercialização nos mercados convencionais, grosso modo, é controlada por grandes empresas e redes varejistas (PLOEG, 2008), a aproximação entre agricultores e consumidores é fundamental para estabelecer relações cada vez mais equitativas e igualitárias, de acordo com a noção de justiça social, visto que na medida em que o protagonismo desses atores aumenta, sua autonomia na tomada de decisão também é incrementada.

Um dos momentos em que isso se materializa é na realização do “Encontro de Sabores”, em Passo Fundo/RS, cuja importância, mais do que simplesmente ser um canal de comercialização, está relacionada justamente a essa aproximação entre consumidor e produtor, não apenas como dois agentes isolados, mas o produtor consciente do alimento que está colocando à disposição do consumidor, e este, por sua vez, compreendendo que o produto em questão é oriundo

de determinado contexto social, econômico e cultural. Ademais, participam também agroindústrias locais que processam os produtos e buscam agregar valor a esses produtos da sociobiodiversidade, como já relatado, historicamente negligenciados.

Assim, o vínculo em construção entre o movimento *Slow Food* e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas pode fortalecer ambas as iniciativas, uma vez que dá visibilidade e incentiva a produção e o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos. Além disso, o fato de privilegiar cadeias curtas de produção e distribuição implica em incentivar e valorizar os produtos locais e, sobretudo, saudáveis.

Em relação ao terceiro ponto, destaca-se a consonância entre a filosofia do *Slow Food* (que, reitera-se, considera três dimensões: alimentos bons, limpos e justos) e o ambiente institucional da cadeia produtiva, dado o reconhecimento e a importância dos valores e das tradições que constituem e, de certa forma, sustentam a cadeia produtiva. A respeito de ambiente institucional, North (1990) descreve-o como sendo formado por regras (instituições) – sejam elas formais (leis) ou informais (crenças, valores) – que regulam as ações, ou seja, condicionam o funcionamento de determinada rede de relações².

Além disso, há uma discussão referente à justiça social que pode ser intensificada a partir da aproximação do *Slow Food* à CSFN, principalmente por conta de que pode trazer maior reconhecimento para a cadeia e, por consequência, maior valorização dos atores que compõem o contexto agrário dos CCS (Campos de Cima da Serra) e que estão envolvidos nessa cadeia. Destaca-se ainda que a aproximação entre CSFN e o movimento *Slow Food* dialoga direta-

² Deve-se destacar que não é o objetivo deste trabalho avançar na discussão sobre a definição de instituições e ambiente institucional em uma ou outra abordagem (Institucionalismo da escolha racional, institucionalismo sociológico, institucionalismo histórico), mas apenas conceituar tais termos em um sentido amplo.

te com os preceitos do desenvolvimento territorial endógeno, os quais, dentre outros fatores, dizem respeito à melhoria da qualidade de vida, ao estímulo à permanência do homem na sua região e à preservação e à recuperação do meio ambiente (COREDE CAMPANHA, 1999).

Isso pode ser percebido a partir de alguns aspectos evidenciados neste trabalho, por exemplo, a renda oriunda das frutas nativas, de acordo com os agentes que compõem a cadeia, é importante quando considerada a reprodução social das famílias que habitam essas regiões e tem reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida e na permanência das famílias no campo. Acrescenta-se que, além de se tratar de produtos da sociobiodiversidade, essas culturas têm contribuído, pelo menos em parte, para frear o avanço de monoculturas, como a produção de grãos, que, via de regra, têm sido implantadas em regiões onde antes havia espécies e campo nativos. Assim, mais do que fornecer renda e estimular o consumo de frutas nativas, a Cadeia Solidária, juntamente ao *Slow Food*, reproduz uma prática de recuperação e preservação do meio ambiente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada neste trabalho é possível perceber que tanto o *Slow Food* quanto a Cadeia Solidária das Frutas Nativas são iniciativas importantes quando se pensa em movimentos contra-hegemônicos e, por essa razão, são reflexo de uma série de articulações entre os diferentes agentes que protagonizam esse espaço. Além disso, embora não sejam compostas por estruturas e filosofias idênticas, as iniciativas apresentam similitudes que permitem um diálogo, ou melhor, uma relação fundamental do ponto de vista do desenvolvimento territorial.

Destacam-se três pontos pelos quais as duas iniciativas podem estabelecer uma relação vantajosa para a sociedade como um todo,

visto que podem potencializar-se e contribuir com o desenvolvimento regional. São estes pontos: as características da CSFN permitem sua identificação como sendo uma Comunidade do Alimento, no *Slow Food*; ambas têm como ponto central a ideia de incentivar e fortalecer as cadeias curtas de comercialização e distribuição de alimentos; a filosofia de um alimento bom, limpo e justo (do *Slow Food*) em muito se aproxima das características dos produtos oriundos da Cadeia Solidária das Frutas Nativas.

De modo geral, pode-se afirmar que um dos pontos que devem ser destacados refere-se à aproximação entre consumidores e produtores, considerado que pode haver certo sombreamento entre essas duas figuras. Tal situação é especialmente importante em um contexto com dinâmicas produtivas e mercantis cada vez mais concentradas, principalmente por conta de que essa aproximação tende a estabelecer uma condição de maior igualdade, isto é, tanto consumidor como produtor possuem mais autonomia na hora de decidir e planejar suas ações.

Cabe destacar que se trata de um caso recente e ainda pouco abordado pela literatura. Mesmo assim, o diálogo entre o *Slow Food* e a Cadeia Solidária tem produzido resultados para os atores envolvidos na medida em que logra êxito em valorizar os produtos oriundos da sociobiodiversidade ao mesmo tempo em que proporciona renda e disponibiliza alimentos saudáveis e nutritivos para o conjunto da sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBROSINI, L. B.; MIGUEL, L. A.; FILIPPI, E. E. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários nos Campos de Cima da Serra: origem dos pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, Curitiba, v. 26, n. 1, p. 171-187, jan. 2012.
- ANDREAITTA, T.; WAQUIL, P. D.; MIGUEL, L. de A. A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.). *Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 65-86. (Série Estudos Rurais).

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Comissão Geral de Monitoramento e Avaliação – CGMA. *Perfil Territorial: Território Rural Campos de Cima da Serra*. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_226_Campos%20de%20Cima%20da%20Serra%20-%20RS.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2018.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. *Frutas Nativas: alimentos locais, sabores e ingredientes especiais*. Passo Fundo: Centro de Tecnologias Alternativas Populares, 2015. 19 p.
- COELHO-DE-SOUZA, G. et al. Novos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral e suas microrregiões. In: SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS, METODOLOGIAS E IMPACTOS, 5., São Leopoldo. *Anais*. São Leopoldo: Unisinos, 2015.
- COREDE CAMPANHA. *Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região da Campanha*. Bagé: CRD Campanha, 1999.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. *FEEDADOS*. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 27 de abril de 2015.
- GENTILE, C. *Slow Food na Itália e no Brasil: história, projetos e processos de valorização dos recursos locais*. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2016.
- KOHLER, M. *Diagnóstico Preliminar da cadeia das frutas nativas do estado do Rio Grande do Sul*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências, Porto Alegre, 2014.
- MIGUEL, L. A. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: MIGUEL, L. A. (Org). *Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 133-147.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PETRINI, C. *Slow Food: Princípios da nova gastronomia*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- PLEEG, J. Do. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- RAMOS, J. D.; COELHO-DE-SOUZA, G. Território Rural dos Campos de Cima da Serra: caracterização socioecológica, microrregiões e gestão territorial. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 27., 2015, Porto Alegre/RS. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- RIBEIRO, C.; MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação de Sistemas Agrários: o caso do distrito de Vila Seca - Caxias do Sul/ RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 9., 2012, Luziânia/GO. *Anais...* Luziânia: SBSP, 2012.
- SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 83-108, abr. 2008.
- SILVA, A. L. O. *Agentes contemporâneos: uma análise a partir da participação de consumidores de passo fundo na cadeia produtiva das frutas nativas do Rio Grande do Sul*. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2014.
- TONIN, J. et al. Aspectos Históricos Evolutivos da Agricultura nos Territórios dos Campos de Cima da Serra e do Litoral. In: SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS, METODOLO-

GIAS E IMPACTOS, 6., 2016, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Alimentos, bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food. Florianópolis: UFSC, 2015.